



LAPREV

Laboratório de **Análise e Prevenção da Violência**
Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Psicologia
Caixa Postal 676 13.565-905 São Carlos - SP
Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357
Home-page: www.cech.ufscar.br/laprev.htm

DEFESA DA RESERVA DE VAGAS ÉTNICO-RACIAIS NA UFSCAR

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams
Coordenadora do LAPREV

O fenômeno da violência está intimamente associado ao racismo – ambos são violações dos Direitos Humanos. O indivíduo que age de modo racista pratica não só um delito segundo nosso código penal, como comete um ato de violência.

Na experiência clínica e de pesquisa do LAPREV (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência), do Departamento de Psicologia da UFSCar, atuando com milhares de pessoas envolvidas em questões de violência intrafamiliar, violência na escola, entre outros temas, o pesquisador ou o clínico esbarra, com frequência, em problemas associados ao racismo ou à exclusão social de minorias étnico-raciais.

Alex Eduardo Gallo defendeu no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, em 2006, a tese de doutorado *Adolescente em Conflito com a lei: Perfil e Intervenção*, na qual procurou, entre outros objetivos, caracterizar o perfil do adolescente que pratica ato infracional em São Carlos. Alex notou que havia um número desproporcional de adolescentes atendidos no NAI (Núcleo de Atendimento Integrado), entidade que atua na cidade com tal adolescente, por parte de jovens de etnia negra. Tal informação não consta dos dados descritos na tese de Alex, uma vez que os documentos do NAI não continham informações étnico-raciais. Trata-se, portanto, apenas de observações do pesquisador, entrevistando e atuando com tais adolescentes.

Assim como Alex Gallo, o professor substituto do LAPREV, Ricardo da Costa Padovani, em sua prática no sistema prisional no Estado de São Paulo, identificou a predominância de pessoas de etnia negra entre os sentenciados. Cabe mencionar que tal população caracteriza-se, também, pela baixa escolaridade, não só comparada com a população branca em geral, como com a população branca encarcerada.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Intervenção com crianças pré-escolares agressivas: Suporte à escola e à família em ambiente natural*, Gabriela Reyes

Ormeño, procurou em 2004, identificar crianças na pré-escola com queixa de agressividade, antes de oferecer um programa de intervenção para professores e familiares de tais crianças. Novamente, tal como no trabalho de Alex Gallo, Gabriela encontrou um número expressivo de crianças na pré-escola de etnia negra com problemas de agressividade.

Já Fernanda Martins França Pinheiro, em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006, sobre o fenômeno “bullying” (intimidação) na escola (*Violência intrafamiliar e envolvimento em ‘bullying’ no ensino fundamental*), ao questionar os alunos se eram ridicularizados por colegas por causa da “raça” ou cor, encontrou um número inexpressivo: apenas 0,4% dos participantes relatou ter cometido esse tipo de violência contra seus pares. Entretanto, quando Fernanda excluiu os dados dos alunos brancos, investigando apenas a resposta dos alunos negros, constatou que havia uma chance significativamente maior dos últimos relatarem discriminação por cor da pele do que os brancos.

O preconceito racial faz parte no Brasil do dia-a-dia escolar das crianças negras, como outras pesquisas têm demonstrado. O racismo vivenciado na escola machuca, deprime e corrói a auto-estima da criança negra. Temos visto isso em nossa experiência clínica atuando em um programa de extensão de atendimento psicológico à criança vítima de violência no Conselho Tutelar.

Analisar a multiplicidade de variáveis responsáveis pela exclusão social do negro na realidade brasileira, foge do escopo aqui, da mesma forma que seria pretensioso apontar as causas associadas ao risco psicossocial de crianças e jovens negros. Cabe enfatizar, entretanto, que a Psicologia se preocupa com a existência de modelos adequados para a construção de uma identidade saudável na criança e do adolescente. Assim, seria extremamente benéfico às crianças e jovens negros que se deparassem com um maior número de profissionais da mesma etnia: mais professores negros ensinando nas escolas, mais médicos negros quando fossem ao SUS, mais juízes e advogados negros, mais psicólogos dessa etnia, e assim por diante.

Sei que a questão de cotas é polêmica e desperta argumentos emocionais. Alguns a consideram injusta. No meu entender, trata-se apenas de uma estratégia temporária (e por tempo determinado) para conseguir um objetivo maior (e, de quebra, reparar o erro histórico da escravidão). A meta almejada consiste em aumentar a escolaridade dos negros brasileiros, aproximando-a aos dos brancos.

Convido a comunidade acadêmica a apoiar essa estratégia. Continuemos a fazer pesquisa e a coletar dados longitudinais. Se nossa hipótese estiver correta, os benefícios

serão muito mais amplos do que os benefícios acadêmicos. Não são apenas os negros que serão beneficiados com o sistema de cotas. Penso que toda a nossa sociedade ficará um pouco melhor após sua adoção.